

21. *New York Times*, 9 de janeiro de 1984.
22. Op. cit. Garon, Lise. *Dangerous alliances: civil society, the media and democratic transition in North Africa*. (London: Zed Books) 2003. p. 14.
23. Op. cit., Boulby, p. 590.
24. Waltz, Susan. "Islamist appeal in Tunisia". *Middle East Journal*, Vol. 40, nº. 4 (Autumn 1986) pp. 651-670.
25. Kefteji, "The strange return of Habib Bourguiba to Tunisia", 27 de março de 2012. Acesso em 01/06/12 (<http://kefteji.wordpress.com/2012/03/>).
26. El-Issawi, Fatima (2012) *After the Arab Spring: power shift in the Middle East?: the Tunisian transition: the evolving face of the second republic*. IDEAS reports - special reports, Kitchen, Nicholas (ed.) SR011. LSE IDEAS, London School of Economics and Political Science, London, UK.
27. Op. cit., Boulby, p. 602.
28. al-Ghannoushi, Rashid & Jones, Linda G. "Deficiencies in the Islamic Movement". *Islam and the State. Middle East Report*. nº.153. (New York: Middle East Research and Information Project.) 1988. pp.23-24.
29. Soudan, François and Belhassen, Souhayr. "Élections tunisiennes: Ben Ali face aux islamistes". *Jeune Afrique*, 1475. pp.13-15. Para saber mais sobre o impacto das eleições de 1989, veja: Alexander, Christopher. *Tunisia: stability and reform in the modern Maghreb*. (Oxon: Routledge) 2010.
30. Žižek, Slavoj. *Violence: six side-ways reflections*. London: Profile Books Ltd. 2008.
31. *Al Arabiya*. "Tunisian court fines TV director for screening *Persepolis*". 3 de maio de 2012. Acesso em 30 de maio de 2012 (<http://goo.gl/M5rQq>).
32. *Niqabs* significa véu que cobre todo o rosto, exceto os olhos. Nota do tradutor.
33. "Martin" comentando sobre "The yoga debate in Tunisia", *Tunisia Live*, 21 de abril de 2012. Acesso em 22 de abril de 2012 (<http://goo.gl/OLmKM>).
34. Allani, Alaya. "The islamists in Tunisia between confrontation and participation: 1980-2008". *The Journal of North African Studies*, Vol. 14, nº. 2. 2009. pp. 257-272.
35. Ibid.
36. *Middle East Online*. "Ennahda pays price of its own policy of salafists 'over-pampering'". 13 de junho de 2012. Acesso em 1 de julho de 2012. (<http://goo.gl/EbTMW>).
37. *Middle East Online*. "Ennahda-led gov to go tough on salafist rioters". 13 de junho de 2012. Acesso em 1 de julho de 2012. (<http://goo.gl/ewzIQ>).
38. Weil, Simone. *Oppression and liberty*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd. 1958.

A POLÍTICA EXTERNA RUSSA E A PRIMAVERA ÁRABE: AMBIVALÊNCIA NUM CONTEXTO EM MUDANÇA

Maria Raquel Freire

O Oriente Médio tem ganhado cada vez mais relevância na política externa russa, não só pelo maior envolvimento de Moscou no quadro negocial do conflito israelense-palestino (1), mas também pelos desenvolvimentos mais recentes no mundo árabe e que marcaram profundamente o ano de 2011 com as revoluções da denominada Primavera Árabe. Especialmente a partir de meados da década de 1990, o Oriente Médio assumiu um lugar relevante na agenda de política externa russa. Após a instabilidade inicial que se seguiu à desagregação da União Soviética, a Rússia redefiniu os princípios da sua política externa e retomou contatos anteriores. As relações com alguns dos Estados do Oriente Médio, como por exemplo a Síria ou a Líbia, eram e permanecem importantes. Essa importância reflete-se em termos políticos, mas essencialmente econômicos e militares (o comércio de armamento, por exemplo, é significativo), como veremos adiante.

Este texto analisa a postura russa face às revoluções e protestos no mundo árabe e ao modo como essas alterações têm sido percebidas em Moscou. Nesta perspectiva, será atribuído particular enfoque às decisões e ações da Rússia, particularmente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e nas suas relações com alguns desses Estados, especialmente a Líbia e a Síria, com quem Moscou tem tradicionalmente mantido relações de cooperação. O texto argumenta que a Rússia tem prosseguido uma política ambivalente na forma como tem respondido ao desenrolar dos acontecimentos, ora assumindo uma postura de distanciamento, ora de envolvimento, mas procurando gerir a sua posição no sentido de ganhar margem de manobra para o prosseguimento dos seus interesses de política externa. Essa ambivalência tem sido lida quer como sinal de hesitação, quer como uma forma de projeção dos interesses russos, em contextos ainda em definição.

POLÍTICA EXTERNA RUSSA: PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES Pouco tempo após a sua eleição como presidente da Rússia em 2008, numa entrevista muito midiaticizada, Dmitry Medvedev sintetizava o que entendia como os cinco princípios fundamentais da política externa russa.

Estes incluem, primeiro, o primado do direito internacional, pressuposto que implica um papel de relevo para as Nações Unidas na manutenção da ordem e segurança internacional. Este princípio é central na leitura que a Rússia faz do Conselho de Segurança, órgão onde detém assento permanente e direito de veto, enquanto legitimador de decisões fundamentais em matéria de segurança (2). Este

pressuposto é da maior relevância para a análise do posicionamento russo face à Primavera Árabe.

Segundo, a consolidação de uma ordem internacional multipolar, objetivo de política externa veiculado já de forma articulada no segundo mandato da presidência de Boris Ieltsin, e que se consolidou nas presidências de Vladimir Putin (2000-2008) e Dmitry Medvedev (2008-2012). De fato, é interessante notar como Putin argumentava a favor de uma ordem multipolar, num discurso muito centrado num exercício de contrapeso à hegemonia dos Estados Unidos da América (especialmente no segundo mandato presidencial, 2004-2008); e Medvedev após a guerra na Geórgia no verão de 2008 reformula o discurso assumindo que a ordem internacional é multipolar, com os EUA perdendo a sua primazia, e outros polos emergindo no sistema internacional, incluindo a China, a União Europeia (UE) e a Rússia. Essa alteração no discurso reflete também o entendimento em Moscou de que a Rússia recuperou o seu status de grande potência e que este é reconhecido internacionalmente.

Terceiro, a promoção de uma política não confrontacional e não isolacionista, no reconhecimento de um mundo globalizado onde a Rússia é um ator simultaneamente autônomo e dependente, seja de alianças estáveis, seja de mercados seguros (por exemplo, em relação aos seus recursos energéticos).

Quarto, um princípio que mantém forte tradição na Rússia e que tem estado desde sempre muito presente na retórica política – a proteção das diásporas –, princípio este que também vai assumir relevância particular nas relações com o mundo árabe.

Por fim, quinto, o reconhecimento de áreas de influência, descritas como “regiões prioritárias” na política externa. O espaço pós-soviético, especialmente a Comunidade de Estados Independentes (CEI), é referenciada nos documentos fundamentais como área vital para os interesses russos. Nota-se, ainda, que o presidente Medvedev introduz o que denomina de novo vetor de política externa, centrado na inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, traduzido em políticas de modernização que acabam por ser transversais aos objetivos fundamentais da política russa, nomeadamente a tradução de estabilidade e crescimento interno numa política externa afirmativa.

No conjunto desses princípios é interessante notar como o cruzamento desses alinhamentos se faz em torno do objetivo central de projeção do status da Rússia no sistema internacional. O posicionamento face a uma ordem multipolar e aos princípios de ordenamento da Organização das Nações Unidas, e do direito internacional, traduzem, ainda que implicitamente, a preocupação da Rússia com organizações regionais a potencialmente assumirem funções e responsabilidades que entende estarem fora do seu alcance. A referência é claramente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a postura de contenção que a Rússia tem assumido em relação ao papel interventivo desta no plano internacional. A questão dos bombardeios da Otan na Sérvia em 1999, sem mandato das Nações Unidas, foi fortemente criticada pela Rússia e, mais recentemente, a intervenção na Líbia gerou também reações de contestação. Além

do mais, a questão do alargamento da Otan ao espaço pós-soviético tem sido entendida na Rússia como contrária aos seus interesses. Implicaria um afastamento desses Estados da órbita de influência russa, e uma aproximação dos recursos militares da Otan ao seu território. Neste sentido, a Doutrina Militar Russa de 2010 refere de forma explícita que o alargamento da Otan às fronteiras russas constitui uma ameaça (3).

Apesar desse documento dever ser lido no contexto em que foi produzido, nomeadamente no quadro da discussão sobre a possibilidade de a Aliança Atlântica oferecer planos de ação para adesão à Geórgia e Ucrânia, opção duramente criticada pela Rússia, a sinalização que é feita merece ser destacada. Paralelamente, a proposta de um Tratado de Segurança Europeia (4) que o presidente Medvedev lançou em junho de 2008, objeto de acolhimento parco no Ocidente, demonstra também essa política de contenção em Moscou face à Aliança Atlântica. A proposta avança que a Otan, tal como outros organismos internacionais de segurança, como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, já chamada de “Otan do leste”, devem estar sujeitos às Nações Unidas enquanto órgão primário na definição e manutenção da segurança internacional.

Apesar dessa preocupação declarada com as regras e princípios do direito internacional, a Rússia é acusada nos meios ocidentais de violar direitos fundamentais, sendo a guerra na Geórgia, em agosto de 2008, motivo de discórdia. Lida pelos georgianos como ação de ocupação ilegal de território não russo, violando as fronteiras e soberania da Geórgia, a intervenção foi justificada pelo Kremlin como respondendo às violações sistemáticas dos direitos fundamentais das populações de minoria russa nas repúblicas separatistas da Abcázia e Ossétia do Sul. O

resultado foi o reconhecimento unilateral da independência dessas duas repúblicas pela Rússia. Este exemplo demonstra como o cruzamento dos princípios fundamentais de política externa de Moscou leva, por vezes, a incongruências e medidas diferenciadas de acordo com os contextos, numa lógica de projeção de poder e influência da Rússia.

A RÚSSIA E A PRIMAVERA ÁRABE Os acontecimentos no norte de África têm causado alguma ambivalência na política russa, que se tem revelado reativa face ao desenrolar dos eventos. Assumindo, inicialmente, uma postura cautelosa muito assentada num discurso que exprime preocupação com as minorias russas, por exemplo no caso das manifestações no Egito contra o regime dominante, a Rússia apenas fez declarações oficiais seis dias depois do início das manifestações, centrando-se essencialmente na questão da diáspora. Medvedev, inclusive, telefonou a Hosni Mubarak, naquela altura presidente do Egito, em 3 de fevereiro de 2011, com votos de que a situação rapidamente se normalizasse e revelando preocupação com os cidadãos russos no Egito (5). É interessante notar o reconhecimento de Moscou face à sua falta de capacidade para influenciar os acontecimentos, admitida explicitamente por

**ACONTECIMENTOS
NO NORTE DA
ÁFRICA TÊM
CAUSADO
ALGUMA
AMBIVALÊNCIA
NA POLÍTICA
RUSSA**

Medvedev, e atestada na visita do ministro dos Negócios Estrangeiros adjunto e também enviado especial para o Oriente Médio, Alexander Sultanov, ao Egito (6). Além do mais, no dia 12 de fevereiro, Medvedev num comunicado expressava a sua vontade de que os processos democráticos no Egito fossem restaurados e que os procedimentos eleitorais legítimos, aplicados. Acrescentava ainda a importância de manter a harmonia e a concórdia inter-religiosa, e referia o fato de um Egito forte ser fundamental no processo de paz do Oriente Médio (7).

Na página presidencial são poucas as informações a esse respeito, o que demonstra exatamente qual a preocupação central (diáspora russa nos Estados do Oriente Médio e instabilidade no Cáucaso do Norte), revelando tratar-se de uma área que vem assumindo maior relevância nas políticas russas, e que permite também melhor compreender os limites em termos de capacidade de influência russa perante o desenrolar dos acontecimentos. Na Tunísia, a posição do país foi sensivelmente a mesma, uma vez que os interesses russos nesses países são reduzidos, pelo que advogou sempre uma solução essencialmente local, baseada em negociações e restauro da ordem, permitindo espaço para implementar reformas estruturais entendidas como fundamentais face às exigências de maior abertura e participação popular.

No entanto, a evolução dos acontecimentos levou a Rússia a redefinir a sua postura hesitante e a tomar decisões pragmáticas. Independentemente do desfecho dos protestos e convulsões sociais, a Rússia poderia assim tomar posição e ser parte integrante de negociações e novos ordenamentos que eventualmente pudessem daí resultar. No caso líbio, por exemplo, a Rússia reconheceu o Conselho de Transição Nacional após duras críticas à intervenção ocidental descrita por Vladimir Putin como uma “cruzada medieval”, e a oferta de bons ofícios na mediação entre Khadafi, os rebeldes e o Ocidente (8). No caso da Síria, houve uma disponibilidade para se reunir com os líderes da oposição, procurando assumir um papel de mediadora, importante quer na forma como o seu posicionamento é lido em termos internacionais quer no retorno político e econômico, que essencialmente poderá resultar desse envolvimento (9).

Os acontecimentos no norte da África devem ser contextualizados no quadro das ameaças do extremismo islâmico e terrorismo transnacional, definidas como prioritárias na Rússia (Doutrina Militar, 2010). De fato, o primeiro ministro Vladimir Putin comentou que o que se tem passado no norte de África, e os desenvolvimentos em particular na Líbia, podem causar instabilidade em particular no Cáucaso do Norte. Referia-se às repúblicas russas da Chechênia, Daguestão, Inguchétia, Kabardino-Balcária, entre outras, onde a instabilidade existente sublinha o desejo de independência face à autoridade central em Moscou. O alastrar dos ideais revolucionários de mudança, num quadro onde a questão do islamismo é bastante delicada, como é o caso nessa região, é preocupante para as autoridades russas. Nessa área, as pretensões de formação de uma república islâmica do Cáucaso, envolvendo a Chechênia, Inguchétia, Dagues-

tão e Kabardino-Balcária, entre outras, são conhecidas e estão sob escrutínio apertado das autoridades em Moscou. Além do mais, Medvedev foi muito claro ao expressar receio de que as novas lideranças no pós-revolução possam ser assumidas por líderes islâmicos fanáticos, um cenário que, no seu entender, levaria à fragmentação e fragilização de toda essa região do norte de África, significando instabilidade duradoura e mesmo extremismo nos anos vindouros (10). Medvedev usou o exemplo da Irmandade Muçulmana no Egito para justificar a atenção necessária ao período pós-revolução e ao *status quo* que será estabelecido.

Uma outra dimensão que Putin sublinhou, ainda diretamente ligada à instabilidade nessa área, é a das relações energéticas e o modo como a Rússia procura se reposicionar no mapa da geopolítica energética como parceiro de confiança, em particular nas relações com a UE, uma vez que algumas linhas de abastecimento foram objeto de ruptura, dada a turbulência nessa área mediterrânea. Foi uma oportunidade para a Rússia aprofundar as relações energéticas com os parceiros europeus, que não foi desaproveitada.

A LÍBIA E A SÍRIA: ALIADOS TRADICIONAIS DA RÚSSIA NO ORIENTE MÉDIO

A Líbia e a Síria são dois países cujas relações com a Federação Russa têm sido tradicionalmente de proximidade. A Rússia detém interesses diretos nesses países e, no caso concreto da Líbia, especialmente na área comercial, incluindo venda de armamento (na ordem de US\$4 bilhões), e a nível energético (por exemplo, através do envolvimento da Gazprom e da italiana ENI na empresa petrolífera líbia). As relações comerciais nesses dois níveis eram muito significativas, pelo que os acontecimentos e a instabilidade associada foram motivo de preocupação na Rússia, que tem seguido atentamente o desenrolar da situação de modo a garantir a sua participação na nova ordem a ser estabelecida.

Além da dimensão econômica associada às relações existentes, a dimensão política no que concerne ao aumento do controle russo dos recursos na área, como pressão sobre a Europa, também seria afetada, com implicações na estratégia russa de criação de dependências e diminuição da capacidade de diversificação da UE. Veja-se como, na defesa desses interesses fundamentais, a posição inicial contra qualquer intervenção contra as forças de Khadafi foi alterada quando a Liga Árabe e os Estados Unidos fortaleceram o discurso sobre a necessidade de intervenção.

Nessa altura, e face à incapacidade em travar a intervenção, a Rússia absteve-se na votação da resolução 1973 no Conselho de Segurança das Nações Unidas (11) que permitiu a intervenção ocidental, sendo que pouco depois as críticas à mesma eram já severas. Putin comentava que o Ocidente estava levando a cabo “uma cruzada medieval” (12). Medvedev criticou essas declarações, permitindo assim campo de manobra à diplomacia russa caso a alteração no poder se confirmasse, ao mesmo tempo que sublinhava o descontentamento russo com uma intervenção que ia além da formulação do seu mandato, ao permitir a derrubada de um regime contrário às vontades

**A RÚSSIA
RECONHECEU O
CONSELHO DE
TRANSIÇÃO
NACIONAL APÓS
DURAS CRÍTICAS
À INTERVENÇÃO
OCIDENTAL**

ocidentais. Nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros russo Lavrov, “a experiência do Iraque, Afeganistão, e também da Líbia, demonstra que, em última instância, apenas as próprias populações podem escolher o futuro dos seus próprios países”, acrescentando ainda que “a intervenção externa armada em conflitos internos cria um risco de escalada dos confrontos nessas partes do mundo. Se esse tipo de projeção da força se torna mais comum, estaremos perante uma verdadeira ameaça de caos nas relações internacionais” (13).

Em 1 de setembro de 2011, a Rússia reconheceu o Conselho de Transição Nacional Líbio como órgão de liderança legítimo. Nesse mesmo dia, acontecia a conferência de líderes para discutir os apoios internacionais no processo de transição, onde a presença da Rússia era entendida em Moscou como incontornável (14). Essa decisão segue o entendimento de que estariam reunidas as condições para que a Rússia pudesse renegociar os seus interesses econômicos com as novas autoridades, de forma a proteger esses mesmos interesses.

Relativamente à Síria, a aproximação russa consolidou-se após o isolamento a que o país foi votado na sequência da resolução 1559 do Conselho de Segurança, de dezembro de 2004, em resultado das ações no Líbano (15). No caso particular da Síria, a Rússia não permitirá um cenário do tipo Líbia. As dificuldades vividas têm sido descritas como um assunto interno, posição em que a Rússia tem o apoio chinês no Conselho de Segurança e, segundo fontes russas, deve-se aguardar o tempo necessário para que as reformas anunciadas por al-Assad possam efetivamente ser implementadas. Apesar do aumento significativo de violência no país, a diplomacia russa mantém a posição de que o regime deve persuadir a oposição a negociar uma solução aceitável para ambas as partes. Note-se que, no quadro geoestratégico do Oriente Médio, a Síria é um bom comprador de armas da Rússia, bem como local de investimentos russos em infraestrutura e turismo, e o Irã permanece um dos países aliados da Síria, o que interessa a Moscou. Em 4 de outubro de 2011, a Rússia e a China vetaram uma resolução de condenação do regime face à resposta violenta sobre os manifestantes que causou quase 3 mil mortos, onde se mencionava uma possível tomada de “medidas direcionadas” (16). A Rússia argumenta que uma resolução nesse sentido possa abrir caminho a uma nova intervenção ocidental, o que os Estados Unidos e a UE rejeitam. A nova resolução proposta com cunho da Liga Árabe, em finais de janeiro de 2012, e que visa a retirada de al-Assad do poder de modo a permitir a realização de eleições, foi vetada pela Rússia e China no dia 4 de fevereiro de 2012 (17). A concordância desses dois países dependia da formulação final, que teria de excluir explicitamente o uso da força militar (18). Note-se que, além dos interesses comerciais mencionados (armamento, em particular), a Rússia explora uma base militar no porto sírio de Tartous, e essa tem sido apontada como possível solução para o estacionamento da frota do Mar Negro quando terminar o acordo com a Ucrânia. O acesso aos mares quentes – Mediterrâneo – permitiria também reequacionar rotas e aumentar influência numa área de interesse estratégico multidimensional, objetivos subjacentes às decisões de política externa russa nessas matérias.

CONCLUSÃO O posicionamento russo perante a Primavera Árabe, apesar de alguma relutância no início das manifestações, foi assumindo uma postura mais interventiva, não num sentido de envolvimento direto, mas antes de assegurar condições favoráveis à manutenção de interesses econômicos claros na área, independentemente do desfecho das revoluções. A ambivalência entre avanços e recuos, abstenção e críticas, traduz a gestão constante de contradições numa lógica de maximização dos objetivos russos no Oriente Médio. Além do mais, os receios de contaminação, em particular na zona do Cáucaso do Norte, têm também motivado uma política cautelosa, mas atenta, de Moscou.

É interessante, ainda, notar as comparações que têm surgido entre esses movimentos revolucionários em prol de mudança frente a regimes autoritários, com o próprio processo de transição da União Soviética para uma nova realidade, onde surgem, no mapa mundial, quinze novas repúblicas, com destaque particular para a Federação Russa. Os paralelos traçados têm incidido sobre o fato de, em ambos os casos, estarmos perante regimes de caráter centralizado e autoritário, dominados por partidos de poder (partidos únicos sem verdadeira oposição), e aparelhos de segurança coesos, que apoiam fortemente a manutenção do *status quo*. Contudo, as diferenças são várias e prendem-se ao tipo de organização social vigente, refletida por exemplo ao nível da percentagem de desempregados nessa área, muito superior à da então União Soviética. São visíveis também no processo de transição durante os anos Ieltsin, um processo com contornos diferenciados daqueles a que assistimos no mundo árabe, onde os alinhamentos ideológicos e o passado histórico têm um impacto diferencial claro. E ainda no fato de uma nova ordem centralizada e autoritária delineada por Putin e prosseguida por Medvedev, que trouxe estabilidade e crescimento, ter encontrado apoio junto da população (apesar de alguma contestação pós-processo eleitoral de dezembro de 2011 na Rússia) (19), sendo que no mundo árabe a população se rebelou contra o autoritarismo dirigista de longos anos, fatores que tornam o mapeamento dessas transições diverso.

Da análise feita, parece claro que a tensão entre interesses concorrentes e a necessidade de tomada de uma posição firme, que marca a definição da política externa da Rússia, traduz em vários momentos uma imagem ambivalente e mesmo incoerente das suas políticas, que, no entanto, muitas vezes não representa mais do que isso mesmo. Isto é, uma diplomacia ativa que amplia o seu espaço de manobra e de resposta a desenvolvimentos incertos em contextos complexos, como o que tem se passado no norte de África. A política russa é objetiva e pragmática, pelo que a Rússia está claramente desenvolvendo esforços no sentido em que os seus interesses sejam tidos em conta, a sua influência seja protegida e projetada, e o seu papel, enquanto ator relevante no sistema internacional, reconhecido.

Maria Raquel Freire é pesquisadora do Centro de Estudos Sociais (CES) e professora de relações internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em relações internacionais pela Universidade de Kent, Reino Unido.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O conflito israelense-palestino não é objeto de análise deste texto. Fica a anotação de que, em relação à participação russa no Quarteto e à questão da Palestina, a Rússia já assumiu que apoiará uma resolução favorável à constituição da Palestina como Estado autônomo ("Russia to back Palestinian UN bid for statehood", *RFE/RL*, 12 setembro 2011). Esta decisão está de acordo com os alinhamentos políticos russos nessa questão. Veja-se, por exemplo, o conceito de política externa de 2008 onde está explícito que a Rússia pretende contribuir para a estabilização da situação, através da negociação de um acordo que estabeleça um Estado palestino independente. Note-se, no entanto, que a Rússia mantém relações com Israel, colaborando em matéria de contraterrorismo, em nível comercial e em termos tecnológicos, incluindo equipamento militar, especialmente meios aéreos. Essa duplicidade levou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Lavrov, a comentar em 2004 que a política russa "nem é pró-árabe nem pró-israelita, tem por objetivo defender os interesses nacionais russos" (Lavrov, citado em Sergey Borisov, "Russia and Israel to join forces in anti-terrorist cooperation", *Pravda*, 7 setembro 2004).
2. "Russia's position at the 64th Session of the UN General Assembly", Abertura da sessão em 15 de setembro de 2009, Nova York, disponível em <http://www.un.int/russia/new/MainRoot/docs/interview/pos64en.htm> (acesso em setembro de 2012).
3. Doutrina Militar Russa (2010), disponível em http://merln.ndu.edu/whitepapers/Russia2010_English.pdf (acesso em setembro de 2012).
4. "The draft of the European security treaty", president of Russia homepage, 29 novembro 2009, disponível em <http://eng.kremlin.ru/news/275> (acesso em setembro de 2012).
5. "Telephone conversation with president of Egypt, Hosni Mubarak", resident of Russia homepage, 3 fevereiro 2011. Disponível em <http://eng.kremlin.ru/news/1722> (acesso em setembro de 2012).
6. "Russia is impotent when it comes to influencing events in Egypt, but it doesn't care", *RFE/RL*, 11 fevereiro 2011.
7. "Statement by the president of Russia on the situation in Egypt", president of Russia homepage, 12 fevereiro 2011. Disponível em <http://eng.kremlin.ru/news/1768> (acesso em setembro de 2012).
8. Brenton, Anthony, "Russia and the 'Arab Spring'", *RFE/RL*, 23 março 2011.
9. Schwirtz, Michael, "Russia says Syria has agreed to talks", *The New York Times*, 30 janeiro 2012.
10. "Medvedev warns against 'fanatics' coming to power in Arab World", *RFE/RL*, 22 fevereiro 2011.
11. Resolution 1973 (2011) Adopted by the Security Council at its 6498th meeting, on 17 march 2011, S/RES/1973 (2011), em particular os parágrafos 8 e 9, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/51224524/UNSCR-1973> (acesso em setembro de 2012).
12. Brenton, Anthony, "Russia and the Arab Spring", *RFE/RL*, 23 março 2011.
13. Balmforth, Tom, citando Lavrov numa intervenção na Moscow State University for International Relations, "Russia plays damage control in last-ditch effort to save business interests in Libya", *RFE/RL*, 2 setembro 2011.
14. Gutterman, Steve, "Russia recognizes Libya's Transitional Council", *Reuters*, 1 setembro 2011, disponível em <http://www.reuters.com/article/2011/09/01/us-libya-russia-idUSTRE7800WS20110901>. Irish, John, "Libya looks to oil as rebuilding begins", *Reuters*, 2 setembro 2011, disponível em <http://www.reuters.com/article/2011/09/02/us-libya-conference-idUSTRE7810J820110902> (acesso em setembro de 2012).
15. Resolution 1559 (2004) Adopted by the Security Council at its 5028th meeting, on 2 september 2004, S/RES/1559 (2004), disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/Undoc/GEN/NO4/498/92/PDF/NO449892.pdf?OpenElement> (acesso em setembro de 2012).
16. "Medvedev tells Syrian leaders to reform or leave", *RFE/RL*, 7 outubro 2011.
17. "China e Rússia vetam resolução da ONU que condenaria violência na Síria", *Público*, 4 fevereiro 2012, disponível em http://www.publico.pt/Mundo/china-e-russia-vetam-resolucao-da-onu-que-condenaria-violencia-na-siria_1532262; "Syria: UN veto gives Assad licence to kill - opposition", *BBC News*, 5 February 2012, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-16893609> (acesso em setembro de 2012).
18. Palavras de Vitaly Churkin, Embaixador russo nas Nações Unidas, citado em Ditz, Jason, "Russia reiterates: UN Syria resolution will be vetoed", 1 fevereiro 2012, disponível em <http://news.antiwar.com/2012/02/01/russia-reiterates-un-syria-resolution-will-be-vetoed>. Ver também Robbins, James, "Western nations pressing Russia on Syria UN resolution", *BBC News*, 2 fevereiro 2012; "Lavrov defends Russian arms supplies to Syria", *RIA Novosti*, 4 fevereiro 2012, disponível em <http://en.rian.ru/world/20120204/171137441.html> (acesso em setembro de 2012).
19. Para esta discussão ver, por exemplo, Brenton, Anthony, "Russia and the Arab Spring", *RFE/RL*, 23 março 2011.